



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1. A proposição deste Termo de Referência visa a contratação de serviços técnicos especializados em consultoria e assessoria atuarial e gestão atuarial que engloba o cálculo atuarial previdenciário, o relatório de análise de hipóteses e a gestão atuarial por benefício, com aplicação do processo de recálculo, em atendimento as regras estabelecidas na Portaria MTP Nº 1467/2022.

1.2. Os serviços ora especificados classificam-se como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.1.2 Os materiais/serviços constantes neste termo de referência estão previstos no plano de contratações anual do PREVIBREJO para o Ano de 2024, conforme itens de ID nº 21 divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

2. OBJETO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ATUARIAL E GESTÃO ATUARIAL POR 12 (DOZE) MESES EM REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, QUE ENGLOBA O CÁLCULO ATUARIAL PREVIDENCIÁRIO, O RELATÓRIO DE ANÁLISE DE HIPÓTESES E A GESTÃO ATUARIAL POR BENEFÍCIO, COM APLICAÇÃO DO PROCESSO DE RECÁLCULO, EM ATENDIMENTO AS REGRAS ESTABELECIDAS NA PORTARIA MTP Nº 1.467/2022

DO DETALHAMENTO DO SERVIÇO

3 GESTÃO ATUARIAL

3.1. Anualmente

3.1.1. Enviar *layout* para que o responsável da Unidade Gestora faça a coleta de dados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas bem como os *layouts* das informações complementares (dados cadastrais e financeiros do RPPS) que comporão a base de informação para realização da avaliação atuarial;

3.1.2. Analisar os layouts enviados, promovendo crítica de seu conteúdo, verificando possíveis distorções no seu conteúdo, objetivando aprimorar as informações e os dados remetidos, de forma que a avaliação atuarial apresente resultados mais reais do ponto de vista técnico, como forma de se buscar o equilíbrio atuarial e financeiro do regime previdenciário;

3.1.3. Apurar as reservas Matemáticas correspondentes, bem como estabelecer o Plano de Custeio para o próximo exercício, promovendo-se a adequação da legislação local com a correta implementação do prazo máximo do plano de amortização permitido por lei, estabelecendo definições



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

entre alíquotas e aportes;

3.1.4. Revisão de todo o plano de custeio, visando o equilíbrio financeiro e atuarial, verificando se as alíquotas de contribuição atualmente praticadas garantem uma solvência de longo-prazo ao sistema, permitindo assim a verificação da situação atual e as projeções de comportamento futuro do plano previdenciário, bem como maior probabilidade de implementação de medidas eficazes de reforma, se necessário;

3.1.5. Elaboração do Relatório de Avaliação Atuarial contendo, no mínimo, os seguintes estudos:

- Relação de todas as bases técnicas e premissas atuariais que foram adotadas para substituir erros e inconsistências na base de dados;
- Descrição de toda a legislação utilizada para a realização do Cálculo Atuarial;
- Estudo estatístico detalhado do grupo de servidores ativos, aposentados e pensionistas, com vários gráficos e tabelas explicativas, discorrendo sobre a influência destas variáveis estatísticas no resultado do custo previdenciário;
- Relação de benefícios previstos no plano, a serem concedidos aos participantes do regime próprio de previdência;
- Cálculo das Reservas Matemáticas com a descrição dos resultados da avaliação atuarial, considerando as modelagens de financiamento das despesas previdenciárias – estabelecimento do plano de custeio (custo normal e plano de amortização);
- Parecer atuarial que discorrerá sobre a atual situação do regime próprio de previdência; sobre a qualidade da base de dados; as atuais alíquotas de contribuição e as propostas pelo estudo e sugestão de qual é, na opinião da consultoria, a melhor forma de financiamento do custo previdenciário;
- Cálculo da duração do passivo e taxa parâmetro;
- Projeção Atuarial de Receitas e Despesas previdenciárias.
- Desenvolver o demonstrativo das Projeções Atuariais Previdenciárias, para os próximos 35 anos, com finalidade de atender o Art. 53 §1, Inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Síntese dos resultados da avaliação atuarial do fluxo financeiro do fundo de previdência para os próximos 75 (setenta e cinco) anos;

3.1.6. Elaboração de Nota Técnica Atuarial, se necessário;

3.1.7. Preenchimento e envio do DRAA – Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial no site da SRPC/MPS - CADPREV;

3.1.8. Atender ao RPPS em resposta às notificações efetivadas pela SRPC ou TCE em relação a Avaliação Atuarial e DDRA a qualquer tempo, visando à orientação, emissão de esclarecimentos e aconselhamento para nortear e balizar os atos, decisões e procedimentos do Instituto de Previdência que tenham aderência ao objeto deste Termo de Referência;

3.1.9. Apresentação na sede da contratante dos resultados da Avaliação Atuarial pelo atuário



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

responsável, explicitando a realidade atuarial e financeira do Regime Próprio de Previdência;

3.1.10. Disponibilizar a minuta do Projeto de Lei de alteração do plano de custeio previsto no cálculo atuarial, se necessário.

3.1.11. Estudo para implementação ou revisão de segregação de massas, se solicitado pela UG do RPPS;

- Realização de Modelagem Previdenciária com Segregação de Massas e apresentação de no máximo 2 cenários a serem escolhidos pelos gestores de forma a garantir o Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Sistema, se necessário;

- Projeto de Lei da Implementação da segregação de massas;

- Encaminhamento do estudo de segregação de massa para aprovação da Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC).

3.1.12. Estudo do custo segregado, tais como: por sexo (homens e mulheres), por carreira (professor e não professor), etc., se solicitado pela UG do RPPS;

3.1.13. Elaboração de Plano de Custeio de acordo com os órgãos do Ente Federativo, caso justifique;

3.1.14. Constituição do Fundo de Oscilação de Risco e do Fundo Garantidor de Benefício em função dos Regimes Financeiros adotados, atendendo previsão contida na Portaria nº 1.467/2022, se solicitado;

3.1.15. Relatório de Análise das Hipóteses;

- Estudo de crescimento salarial;
- Teste de aderência das hipóteses (Mortalidade e Invalidez);
- Taxa de Juros;

3.1.16. Elaboração de até 4 (quatro) cenários do impacto de alteração do Plano de Cargos e Salários no equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios.

3.1.17. Estudo da viabilidade orçamentária e financeira;

3.2. Bimestralmente

3.2.1. Emissão do Relatório Gerencial de Gestão Atuarial - RGGA contendo, no mínimo:

- Identificação dos riscos atuariais por tipo de benefício oferecido;
- Gestão das Reservas Matemáticas constituídas por tipo de benefício;
- Adequação do Plano de Custeio do RPPS em decorrência do fluxo de concessão de benefícios;
- Verificação mensal dos resultados das hipóteses atuariais e biométricas;
- Atualização das Provisões Matemáticas em decorrência do fluxo de concessão de benefícios;
- Comparação entre a evolução dos Ativos Financeiros do plano e a evolução das Provisões Matemáticas, com o cálculo da evolução do Índice de Cobertura do Passivo;
- Adequação da estimativa de receita de compensação previdenciária dos benefícios concedidos e a



conceder.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

3.3. Regularmente

3.3.1. Instrumentalizar os dirigentes e conselheiros do Instituto, com conceitos e técnicas que lhes permitam analisar os critérios de cálculo e correção das provisões e reservas técnicas;

3.3.2. Demais atividades referentes às áreas técnico-atuariais e estatístico- financeiras, dentre os quais:

- Responder às consultas formuladas pelo Instituto enviando-as por e-mail ou outros meios de comunicação;
- Acompanhamento e orientação ao órgão de controle interno;
- Definir dinâmica de trabalho, espaço e agenda para o exercício, observando a legislação pertinente (planejamento das atividades);
- Orientação para o processo de prestação de contas do Instituto junto ao Tribunal de Contas do Estado, Ministério do Trabalho e Previdência Social, dentre outros, conforme o caso;
- Coletar e organizar informações relativas à jurisprudência, doutrina e legislação federal, estadual e municipal, repassando-as ao Instituto.
- Assessoria do ponto de vista atuarial quanto a retificação da Política de Investimento anual.

3.3.3. Suporte quanto as dúvidas relacionadas às contribuições e repasses de qualquer natureza;

3.3.4. Assessoria Orçamentária e Financeira, quanto a questão atuarial.

3.4. Eventualmente

3.4.1. Reavaliação dos resultados atuariais (cálculo atuarial) em caso de mudanças significativas na massa de participantes, no Plano de cargos e salários ou na legislação pertinente, visando a atualização das reservas matemáticas e demais fundos e provisões de natureza atuarial em atendimento ao Art. 68 da Portaria nº 1.467/2022;

3.4.2. Elaboração de cenários de impacto atuarial à adequação da massa de segurados para novas regras de concessão de benefícios de aposentadoria e pensão;

3.4.3. Elaboração de Relatório de Gestão Atuarial em atendimento a todos os níveis de exigência do Manual do Pró-Gestão RPPS, incluindo a elaboração do Plano de Trabalho Atuarial, se necessário.

3.5. Treinamento presencial na sede do PREVBREJO

3.5.1. Fornecimento de material didático, carga horaria de no mínimo 8 horas, para capacitação dos gestores, servidores, conselheiros, e membros do Comitê de Investimentos com capacitação na área de Gestão Atuarial.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

3.5.2.

3.6. Assistência presencial

3.6.1. Realizar periodicamente assistência técnica presencial na sede do RPPS, sendo até 12 (doze) visitas na sede do Instituto, cumulativa.

3.6.2. Participar na sede do PREVBREJO de apresentações relevantes que envolvam o executivo, legislativo, audiência pública e na prestação de contas anual, aos conselheiros, respeitando o limite que consta no item 1 acima.

4 FUNDAMENTO LEGAL:

4.1. DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.

5 JUSTIFICATIVA:

A justificativa para a contratação de gestão atuarial em RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) pode ser fundamentada em diversos pontos estratégicos e técnicos que visam garantir a sustentabilidade e eficiência do sistema previdenciário. Aqui estão algumas razões principais para essa contratação:

1. **Conformidade Legal e Regulatória:** Um RPPS precisa estar em conformidade com as normas estabelecidas pela legislação previdenciária. A contratação de serviços de gestão atuarial assegura que todos os cálculos atuariais estejam de acordo com as exigências legais e normativas vigentes.
2. **Planejamento Financeiro e Orçamentário:** A gestão atuarial proporciona projeções precisas sobre as necessidades de financiamento do RPPS no longo prazo. Isso ajuda na elaboração de planos financeiros e orçamentários que garantam a solvência do regime, evitando déficits futuros.
3. **Análise de Riscos e Estratégias de Investimento:** Os atuários são especialistas em análise de riscos e podem ajudar na definição de estratégias de investimento mais adequadas para o fundo previdenciário. Isso inclui a avaliação de diferentes classes de ativos, considerando o perfil de risco e retorno do RPPS.
4. **Avaliação do Impacto de Mudanças Demográficas:** As mudanças na estrutura etária da população e a expectativa de vida dos beneficiários impactam diretamente as finanças do RPPS. A gestão atuarial pode calcular esses impactos e propor ajustes necessários nos benefícios e contribuições para garantir a sustentabilidade do regime.
5. **Transparência e Prestação de Contas:** A contratação de serviços de gestão atuarial aumenta a transparência na gestão do RPPS, fornecendo informações claras e objetivas sobre o estado financeiro do regime. Isso é fundamental para a prestação de contas aos participantes e à sociedade como um todo.
6. **Otimização dos Recursos:** Com uma gestão atuarial eficiente, é possível otimizar os recursos do RPPS, direcionando-os de forma mais eficaz para garantir o pagamento dos benefícios aos segurados sem comprometer a saúde financeira do sistema.

Portanto, a contratação de serviços de gestão atuarial em um RPPS não apenas atende a requisitos legais, mas também contribui significativamente para a sustentabilidade financeira e operacional do



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

regime previdenciário, proporcionando maior segurança e previsibilidade tanto para os beneficiários quanto para os gestores responsáveis.

DA NATUREZA DOS SERVIÇOS:

Os serviços ora solicitados são comuns e contínuos, vez que sua interrupção poderá paralisar toda a rotina administrativa do órgão.

Segundo art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/21 serviços contínuos são aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

A essencialidade atrela-se à necessidade de existência e manutenção do contrato, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração contratante. A habitualidade é configurada pela necessidade dos servidores permitirem a execução das atividades administrativas de gestão atuarial

A contratação em análise possui elementos que identificam claramente a habitualidade e essencialidade deste serviço. A essencialidade pode ser comprovada a partir da dependência que a PREVIBREJO tem do serviço de gestão atuarial para a manutenção da sustentabilidade do regime previdenciário

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ATUARIAL E GESTÃO ATUARIAL POR 12 (DOZE) MESES EM REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, QUE ENGLOBA O CÁLCULO ATUARIAL PREVIDENCIÁRIO, O RELATÓRIO DE ANÁLISE DE HIPÓTESES E A GESTÃO ATUARIAL POR BENEFÍCIO, COM APLICAÇÃO DO PROCESSO DE RECÁLCULO, EM ATENDIMENTO AS REGRAS ESTABELECIDAS NA PORTARIA MTP Nº 1.467/2022	SERV	12	R\$1.653,33	R\$19.840,00

6 ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE PREÇOS:

6.1. Conforme exigência legal contida no art. 23 da Lei nº 14.133/21, o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Francisco Sá realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a 03 (quatro) empresas do ramo do objeto licitado, bem como buscou contratações similares feitas por outros órgãos da Administração Pública para



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

apuração do preço estimado para a despesa.

6.2. O critério de aceitação das propostas será o Menor Preço por item, levando-se ainda em consideração as especificações do objeto bem como a qualidade dos mesmos.

7 REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.4.1 Comprovação de aptidão (da pessoa jurídica) para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7.4.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Demonstrar que a empresa licitante já tenha prestado serviços de gestão atuarial

7.4.3 O licitante deverá comprovar que está apto para desempenhar as atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, apresentando atestado (s) de desempenho anterior (Atestado de Capacidade Técnica), fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade técnica para atendimento.

7.4.4. Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, através de Registro no Ministério da Economia, conforme Decreto-Lei nº. 806/1969, que regulamenta a profissão de Atuário.

7.4.5. O licitante deverá comprovar que possui em seu quadro de sócios ou funcional, na data prevista para a entrega das propostas, profissionais de nível superior, com capacidade para o desenvolvimento dos serviços previstos no objeto.

7.4.6. A comprovação do vínculo empregatício entre a licitante e os profissionais citados no item acima, poderá ser feita, através de cópia de Carteira de Trabalho, do Contrato de Trabalho e, se sócios da empresa, através do Contrato Social, ou ainda, de Declaração de Contratação futura assinada pela licitante e pelo profissional, caso a mesma se consagre vencedora do certame.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

8 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

8.1. A contratação será temporária e seguirá os trâmites legais e jurídicos do Instituto. O contrato administrativo terá vigência até 12 meses, a contar de sua assinatura. Podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 e seguintes da lei nº 14.133/21.

9 DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1. A fiscalização e conferência do serviço deste certame serão realizados por um servidor indicado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Francisco Sá, observados os arts. 115 a 123 da Lei Federal 14.133/2021.

9.2. Os serviços deverão ter início no prazo de até 05 dias a contar do recebimento de ordem de serviço.

9.3. Na ocorrência de atrasos na prestação dos serviços, a poderá aplicar as penalidades previstas neste Termo de Referência, no Contrato Administrativo e na Lei 14.133/2021 e suas alterações.

9.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG

TEL.: (038) 99723-7807

b) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação da Administração, no prazo máximo de 48h, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

10 DA FORMA DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será feito de forma mensal, em até 10 dias úteis, mediante a comprovação e regular prestação do serviço e apresentação da nota fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

10.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

10.4. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta dispensa, sem quaisquer ônus para Administração. Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta dispensa, serão realizados nas condições exigidas, por procedimento legal, mediante a entrega da respectiva nota fiscal acompanhada das respectivas CND's Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS, que deverá estar devidamente liquidada, pelo Setor responsável.

11 DAS OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1 O Contrato firmado com a Contratante não poderá ser objeto de cessão ou transferência.

11.2 Das obrigações da Contratada:

11.2.1 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, mantendo todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nesta dispensa de licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato e conforme Termo de Referência;

11.2.2 Prestar o serviço, conforme especificações do objeto;

11.2.3 Responder perante a Previbrejo, mesmo no caso de ausência ou omissão da assessoria, indenizando-o devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

11.2.4 Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade do serviço ofertado, garantindo seu perfeito desempenho.

11.2.5 Executar, às suas expensas, todo e qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução objeto da contratação, mesmo que o projeto básico apresente dúvidas ou omissões;

11.2.6 A Contratada não poderá deixar de fazer nenhum serviço contratado alegando falta de pessoal, equipamento ou ferramenta de trabalho;

11.2.7 Ficam a cargo da Contratada todos os pagamentos de salários, seguros, taxas, encargos sociais, inclusive, os previstos na legislação trabalhista, previdenciária, civil e fiscal. Também são da inteira responsabilidade da Contratada os impostos federais e estaduais, todas as peças de



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG

TEL.: (038) 99723-7807

reposição, fretes, administração, lucro, transportes, alimentação e quaisquer outros decorrentes do Objeto do Contrato;

11.2.8 Dispor de quadro de pessoal suficiente para o atendimento dos serviços sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos;

11.2.9 Não divulgar o conteúdo dos serviços prestados sem a devida autorização da Previbrejo

11.3 Das Obrigações da Contratante:

11.3.1 Prestar, com clareza, à CONTRATADA, as informações necessárias para a prestação do serviço.

11.3.2 Efetuar, os pagamentos relativos ao objeto contratado, conforme determina este Contrato Administrativo e o Termo de Referência.

11.3.3 Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG

TEL.: (038) 99723-7807

- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de análise das propostas.
- 12.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 12.1.13. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.1.14. Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.1.15. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.11;
- 12.1.16. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.1.17. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.11, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 12.1.18. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.1.19. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.1.20. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.1.21. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.1.22. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.1.23. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.1.24. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.1.25. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 12.1.26. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.1.27. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

13 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 As despesas com a execução de eventual ajuste, correrão à conta de dotação específica, constante do orçamento de 2024:

09.122.0002.2130.3.3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

14 DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O resultado da presente da contratação será divulgado na Plataforma AMM Licita e o extrato contrato publicado no PNCP.

14.2. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Francisco Sá/MG, Estado de Minas Gerais.